
**O POVOAMENTO DO NORTE DO BRASIL NO PERÍODO POMBALINO:
O CASO DA VILA DE MAZAGÃO¹***Milena Duarte de O. Souza**Rúbia Nogueira de Andrade²*

Resumo: Este artigo busca contribuir para a compreensão da política portuguesa de povoamento da região amazônica, no século XVIII. Nesse sentido, é fundamental o estudo da vila de Mazagão e de outras vilas criadas durante o período.

Palavras-chave: Administração Pombalina, Estado do Grão-Pará e Mazagão.

1. INTRODUÇÃO

Do final do século XVII até meados do XVIII, Mazagão permaneceu como marco de resistência do sonho lusitano de fincar raízes em terras d'África. A praça-forte marroquina (1514-1769) era ainda um bastião do ocidente cristão no mundo muçulmano. Seus 2.000 habitantes formavam uma sociedade mista – moradores (artesãos, agricultores), fronteiros (fidalgos) e imigrantes açorianos – que, em tempos de guerra com os mouros viram-se obrigados, por decreto do Rei D. José I, a abandonar a praça lusitana. A praça-forte marroquina, com suas 436 famílias, deveria tornar-se uma cidade de colonos na Amazônia brasileira, para onde o Marquês de Pombal havia voltado suas atenções. Enquanto as famílias navegavam e esperavam, os construtores se dedicavam à construção da nova vila.

A ocupação iniciou-se em 1770 e as famílias mazaganistas se estabelecem em um antigo aldeamento indígena. Seu funcionamento e o cotidiano dos habitantes ainda não foi esclarecido. Através da análise documental escrita e material está sendo feito um resgate a respeito. A vila, no entanto, entrou em decadência a partir de 1778, quando surgiram doenças, epidemias, conflitos sociais, problemas econômicos e, acima de tudo, o desejo de

¹ Este texto é uma adaptação de um trabalho desenvolvido na disciplina de Paleografia III, do curso de História da Universidade Federal de Pernambuco, ministrada pela professora Virgínia Almoêdo.

² Graduandas em História pela Universidade Federal de Pernambuco.

abandonar aquelas terras. Em 1783, os mazaganistas não tinham mais obrigação de residir naquela vila, transferindo-se para outras localidades. Hoje, Mazaganópolis (uma nova vila criada em 1915) revive as memórias transmitidas através das gerações em seus folguedos populares. E quanto ao que resta do traçado da antiga Mazagão, não se sabe muito a respeito. Essa questão, como outras, deverá ser esclarecida quando a equipe do Laboratório de Arqueologia da UFPE, coordenada pelo Prof. Dr. Marcos Albuquerque, der continuidade às intervenções arqueológicas no local³.

O conhecimento da vila de Mazagão é essencial para o entendimento da ocupação portuguesa no extremo norte do Brasil, uma vez que sua instalação na região reflete uma mudança de orientação da política administrativa de Portugal em relação às colônias. Se até a primeira metade do século XVIII a Amazônia havia sido praticamente esquecida pela Coroa; a partir da administração pombalina, a valorização da região era tal que medidas foram tomadas no sentido de colonizar, defender e explorar aquelas terras. Novas fronteiras foram demarcadas, muitas vilas foram criadas e a configuração espacial mudou profundamente, dando origem a novos sistemas culturais.

A proposta deste artigo é mostrar os vários aspectos revelados na documentação do Estado do Grão-Pará⁴, especialmente o que diz respeito à vila de Mazagão, no contexto da ocupação portuguesa na Amazônia, no século XVIII. Sabe-se que a existência desta e de outras vilas na região foi fundamental para a delimitação das fronteiras ao norte do Brasil. Daí a importância do estudo desta ocupação para a compreensão da atual formação territorial do país.

2. ORIGENS: MAZAGÃO AFRICANA (1514-1769)

O périplo africano promovido pela Coroa portuguesa, a partir do século XV, rendeu várias conquistas na costa do continente. Diversas cidades no Norte da África foram ocupadas. Entre elas, a cidade fortificada de Mazagão, localizada no Marrocos, construída na primeira metade do século XVI, por ordem de D. Manuel. A cidade tinha uma posição portuária bastante

³ Os trabalhos arqueológicos em Mazagão tiveram início em 2004, porém foram interrompidos pelo período de chuvas no Amapá e serão reiniciados em fins de 2005.

⁴ A documentação do Estado do Grão-Pará foi disponibilizada à UFPE pelo Projeto Resgate e encontra-se reunida em CD-R, no Laboratório de Pesquisa e Ensino em História (LAPEH).

favorável ao comércio, por isso permaneceu como um entreposto comercial de grande importância para o Império Português.

A partir do século XVI, Portugal passou a intervir de forma mais agressiva no Norte da África devido à guerra contra os mouros, que dominavam o território. Por meados do século, os portugueses tinham sido expulsos ou tinham se retirado 'pacificamente' de quase todas as suas colônias, com exceção de Ceuta, Tânger e Mazagão. A primeira controlava o Estreito de Gibraltar; a segunda era complementar àquela; e da terceira, esperava-se um conjunto de benefícios ao Império – provavelmente, benefícios advindos do comércio do trigo.

Em 1640, Ceuta foi apoderada por Filipe IV e continuou como possessão espanhola até os dias atuais. Em 1662, Tânger foi cedida à Inglaterra como parte do dote de casamento de Dona Catarina com Carlos II. Mazagão, portanto, permaneceu, por mais de cem anos, como o último e único domínio português no Norte da África, além de se tornar um reduto cristão no mundo muçulmano.

Durante o período de existência da praça-forte marroquina (1524-1769), houve um intercâmbio de influências entre as culturas européia e marroquina. A sociedade mazaganista, que girava em torno de 2.000 habitantes, tinha como base de sustentação a produção cerealífera e o comércio com os mouros em tempos de paz – até o início do século XVI, quando foi iniciada a guerra contra os mouros. A partir de então, a fortificação foi fechada e os mazaganistas tornaram-se 'soldados da Fé', resistindo aos ataques por muitos anos. Entretanto, nas décadas de 1750 e 1760, os cercos mouros à praça intensificaram-se e os exércitos cristão e mouro enfrentaram-se. Segundo relatos de dois portugueses que estariam presentes nos últimos embates, a resistência dos mazaganistas foi louvável por sua inferioridade numérica⁵. Porém, em 1769, um grande contingente de tropas mouras ameaçava montar um novo cerco à cidade. O governador da praça de Mazagão, Dinis Gregório de Melo e Castro, percebendo que a situação estava insustentável – grandes perdas humanas, devido ao último ataque de 1768, e falta de mantimentos -, levou a Coroa a reconhecer que não poderiam mais conservar a praça-forte. Daí resultou a decisão de D. José – sob a influência de Pombal – de abandonar a praça, o que foi feito no dia 15 de Março de 1769, seguindo a população remanescente para Lisboa.

⁵ Sobre os ataques à cidade, relatados nas *Relações e Notícias* de Simão Correia de Mesquita e Pedro da Silva Correia, ver SILVA, José Manuel Azevedo e. *Mazagão. De Marrocos para a Amazônia*, disponível em <http://www.chsc.uc.pt/biblioteca/digital/007.htm>.

Mas Lisboa não seria o destino final dos mazaganistas. Como é sabido, no reinado de D. José, a política portuguesa assumia novos rumos, constituindo um momento de grandes transformações nas relações entre os países, nas políticas internas, e nas colônias. No âmbito da política ultramarina portuguesa, as relações definiam-se em torno do Tratado de Madrid, assinado em 13 de janeiro de 1750. Tal tratado definiu as fronteiras da colônia portuguesa na América, dando-se prioridade ao Brasil, particularmente, a vastíssima região amazônica.

Essa nova postura da política portuguesa em relação à Amazônia deve-se à figura de Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido como Marquês de Pombal. Figura importante na História de Portugal, Pombal é considerado, por grande parte da historiografia, um grande homem e administrador, que conquistou a simpatia e confiança do Rei. De fato, Sebastião José proporcionou aos lusitanos 27 anos de agitação e de "revolução consecutiva em todos os setores do organismo social"⁶.

Ao assumir o cargo de secretário dos Negócios Estrangeiros e Guerra, Sebastião José tratou de nomear seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça, governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Este passaria a ser, mais tarde, executor da vontade e da ação de Pombal, juntamente com Frei Miguel de Bulhões e Sousa, Manoel Bernardo de Melo e Castro, Fernando da Costa de Ataíde Teive e João Pereira Caldas.

Como dito, a região amazônica passou a receber uma maior atenção do gabinete josefino. Antes disso, o que havia era uma política 'desinteressada', orientada pelas necessidades do momento. A partir de então, tornou-se necessário concentrar todos os meios humanos e materiais possíveis, com a finalidade de colonizar, povoar e defender o território do Norte do Brasil. Pois "apenas com o povoamento e fortificação de pontos estratégicos, poderiam vir a garantir a posse e o domínio do Amazonas. Assim é que, entre 1755 e 1759, durante o governo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado (governador do Grão-Pará entre 1751 e 1758) foram fundadas cerca de 60 vilas e povoados no Estado do Grão-Pará, nas capitanias do Pará e Rio Negro. Mas, nos meados do século XVIII, parece que já não se mostrava muito fácil arregimentar colonos voluntários para a América"⁷.

Enfim, houve uma coincidência temporal da intensificação dos conflitos em Marrocos com o período em que a política portuguesa buscava intensificar o povoamento das fronteiras de sua colônia americana. Portanto,

⁶ REIS, Arthur César Ferreira. *Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia*. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966.

é nesse contexto que se deve entender a decisão régia do abandono da praça marroquina de Mazagão e a transferência da população de Lisboa para o Estado do Grão-Pará, onde o governador Francisco Xavier escolheu um local para a instalação da Nova Vila de Mazagão.

3. MAZAGÃO BRASILEIRA (1770-DÉCADA DE 80)

O local destinado para a instalação da Nova Vila de Mazagão compreendia um antigo aldeamento indígena. Após um estudo promovido pelo engenheiro contratado, Domingos Sambucetti, as margens do Rio Mutuacá foi o ponto escolhido para o assentamento (Figuras 01).

Figura 01: Carta topográfica da Vila de Mazagão – pertencente a Coleção Cartográfica do Arquivo Ultramarino de Lisboa⁸

Começou-se, então, a mobilização para a construção da vila em janeiro de 1770. Enquanto isso, as 371 famílias das 418 evacuadas do Marrocos, estavam a caminho da cidade de Belém do Pará, a fim de aguardarem a construção da vila⁹. A viagem durou cerca de 60 dias, tendo início no dia 15 de setembro de 1769. As embarcações transformaram-se em bairros flutuantes, onde foram distribuídas as famílias e seus pertences (Figura 02).

Figura 02: Mapa da trajetória do deslocamento das famílias mazaganistas¹⁰

⁷ *Arqueologia de Mazagão Velho*, p. 2. Artigo disponível em www.magmarqueologia.pro.br.

⁸ ADONIAS, Isa. *A Cartografia da Região Amazônica*. Catálogo descritivo (1500-1961), vol.01. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1963. p. 340.

⁹ SILVA, p. 1.

¹⁰ Mapa reproduzido por Milena Duarte e Rúbia Nogueira.

Cada uma dessas famílias recebeu, por direito, um pagamento, sendo parte dada em Lisboa e o restante no Pará. Ao chegarem em Belém (Novembro de 1769), foram hospedados nas casas dos moradores desta cidade, para aguardarem a construção da vila.

A espera, no entanto, foi mais longa do que o previsto. Havia algumas dificuldades quanto à aquisição e transporte do material de construção. Ademais, o trabalho era árduo e, por isso, necessitava de muita mão-de-obra. Foram contratados 202 operários, entre carpinteiros, pedreiros, ferreiros, serradores, carregadores, trabalhadores e índios. Eram todos moradores da região, das vilas de Oeiras, Melgaço, Monte Alegre, Almeirinda, Esposende, Porto do Mar, Santarém, Altar do Chão, Boim, Alenquer, Óbidos, Vila Franca, Lugar de Sant'Anna, entre outras, além de alguns moradores da própria vila. Todos foram remunerados – o que acarretou grande despesa da Fazenda Real.¹¹

No início de 1773, as famílias finalmente começaram a ser deslocadas para a nova vila, quando 56 das 500 casas previstas já haviam sido concluídas – a estrutura era de taipa e a cobertura era feita com palha do buçu, abundante na região, e recebiam ainda reboco e caiamento. No final do ano, 176 famílias já haviam sido transferidas para a Nova Mazagão. O restante ainda permanecia em Belém.

Note-se que a manutenção (hospedagem, alimentação e assistência médica) e o deslocamento dessa população era de grande despesa para o Estado. Por isso, ainda em 1773, o governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, envia um ofício para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Mello e Castro, sugerindo que se permitisse à mesma população a liberdade de se estabelecerem por onde quisessem, permanecendo nos limites da capitania. Assim, a despesa seria amenizada¹².

O trabalho, no entanto, continuou, e as famílias continuaram sendo transferidas. Assim é que, em 1775, 207 casas estavam concluídas e já ocupadas pela maior parte das famílias destinadas àquele estabelecimento. Sendo muitos moradores para poucas casas concluídas, o governador mandou que se alojassem conjuntamente, pois não havia previsão de conclusão da obra em razão das maiores distâncias a que já iam ficando as madeiras, em direção ao interior, e da dificuldade de transportar os materiais¹³.

¹¹ AHU_ACL_CU_013, Cx. 69, D. 5933.

¹² Idem.

¹³ AHU_ACL_CU_013, Cx.74, D. 6248.

O governador João Pereira Caldas tomou ainda algumas providências para a melhor instalação dos novos moradores e para o progresso da vila¹⁴. Vendo que as casas estavam cobertas de palha, correndo o risco de incêndios, mandou que se construísse uma olaria, para fabricação de telhas (e, talvez, tijolos). Quanto à agricultura, recomendou o cultivo de gêneros mais próprios àquelas terras como arroz e algodão. Para o cultivo de tais lavouras, o governador ajudou na compra de escravos trazidos pela Companhia do Comércio.

A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão foi criada por Pombal para atender às solicitações dos colonos e promover a atividade econômica no extremo-norte do Brasil. Esperava-se da companhia o estímulo necessário ao desenvolvimento da região: fortalecimento da vida urbana, ampliação do mercado interno, crescimento da produção agrícola e da extração das 'drogas do sertão', substituição da mão-de-obra indígena pela africana, melhorias nas fortificações, enfim, trazer benefícios às condições existenciais e às capitânicas da região. Ao que parece, nem todos estavam satisfeitos com a atuação da companhia, sob o argumento de que a mesma não supria as necessidades básicas da população.

Há referências na documentação sobre o Estado do Grão-Pará de várias embarcações saídas do deste estado para o Reino com carregamentos de madeiras e gêneros alimentícios, como arroz, café, castanha, farinha, biscoitos, tapioca, mel, azeite da sardinha, aguardente, entre outros¹⁵. Não há ainda referências na documentação sobre a importação de mantimentos – o que não significa que não havia tal troca.

Quando da transferência da população da praça marroquina para o Pará, a Corte solicitou empréstimos aos administradores da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão para os pagamentos feitos às famílias. Essa despesa só veio contribuir para a contração de uma enorme dívida do Estado para com a Companhia. Quando Pereira Caldas assumiu a direção, em 1773, encontrou uma dívida de 116:000\$000, muito maior que o rendimento do estado. O assunto já era motivo de preocupação no governo anterior, de Ataíde Teive e do provedor da Fazenda Real da capitania do Pará, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, que enviou um ofício para o conde de Oeiras, (Sebastião José de Carvalho e Melo) – na época secretário de Estado dos Negócios do Reino e inspetor geral do Erário Régio – sobre tais empréstimos¹⁶.

¹⁴ Idem.

¹⁵ AHU_ACL_CU_013, Cx. 74, D. 6237. Ver tabela.

¹⁶ AHU_ACL_CU_0,13, Cx. 65, D. 5631.

Outra inquietação do governador era a comunicação de Nova Mazagão com as vilas de Macapá e Vila Vistosa, que julgava ser de extrema importância. Dizia ele, ainda no ofício de 5 de janeiro de 1773, que “o sobredito estabelecimento, fica para cima do Macapá, coisa de uma maré; porem água abaixo, ordinariamente mais se gasta, pelo embaraço do contrário vento de proa; ignorando se ainda por hora, se do mesmo estabelecimento se poderá facilitar comunicação por terra com o Macapá, como já tenho mandado examinar, e o pretendo averiguar com maior exatidão, quando ali me dirigir”¹⁷. Tal preocupação é perfeitamente compreensível: “na concepção geral de defesa da Amazônia, o tampão defensivo da passagem estratégica do braço esquerdo da foz do Amazonas deveria assentar no povoamento tripolarizado nas vilas de Macapá, Vila Vistosa e Vila Nova de Mazagão”¹⁸.

Em suma, esses foram alguns aspectos analisados na documentação sobre o cotidiano da Nova Vila de Mazagão, sua construção, seus moradores, sua economia e suas relações com Macapá e Vila Vistosa. A vila conheceu certa prosperidade até o início da década de 1780. Resta ainda abordar as causas e o abandono lento e gradual da vila.

4. O ABANDONO DA VILA

Do fim do século XVIII até fins do XIX, uma onda de epidemias assolou várias vilas e povoados do Brasil e não poupou Nova Mazagão. Em 1781, dezenas de pessoas morreram vítimas de uma epidemia de cólera. “Desgostosos com a situação, e provavelmente, atribuindo as moléstias aos ‘maus ares’, a maior parte da população migrou”¹⁹. Nesse período foram encaminhados vários pedidos de transferência para outras localidades (especialmente para Belém e para o Reino) da população mazaganista à Coroa, onde alegavam diversos motivos. Os argumentos eram vários, desde razões matrimoniais e familiares, de oportunidades profissionais, até a fuga das epidemias que assolavam a região²⁰. O ofício enviado pelo governador João Pereira Caldas ao secretário Martinho de Melo e Castro sobre as queixas apresentadas por alguns moradores da Nova Vila de Mazagão remete a essa questão. Diz o governador: “Tenho mandado informar-me, se os motivos de moléstias, que alegaram na real presença são, ou não

¹⁷ AHU_ACL_CU_013, Cx. 69, D. 5933.

¹⁸ SILVA, p. 11.

¹⁹ *Arqueologia de Mazagão Velho*, p. 4.

²⁰ AHU_ACL_CU_013, Cx. 80, D. 6601.

verdadeiros, para então lhes deferir debaixo da cláusula com que Sua Majestade me determina e eu finalmente executarei”²¹.

O que acontecia, na verdade, era a decadência da vila. As causas eram várias, cada uma com seu grau de importância, a saber: produção agrícola em decadência, incapaz de suprir as necessidades dos moradores; construções em ruína; falta de mão-de-obra para os trabalhos na vila; a não adaptação dos mazaganistas ao novo habitat; e o motivo considerado mais relevante, as doenças e epidemias. Por tudo isso, os moradores transferiram-se definitivamente para outros lugares, especialmente a partir de 1783, quando não eram mais obrigados a residirem na povoação.

A antiga vila praticamente desapareceu e seu estatuto de vila foi abolido. Conta-se que apenas alguns poucos moradores permaneceram, sendo a maioria negros. Dessa forma, pode-se considerar extinta a Nova Vila de Mazagão, que passou, posteriormente, a ser chamada de Mazagão Velho após a constituição do município de Mazagão a 20 km de distância da antiga vila, em 1915.

5. O MUNICÍPIO DE MAZAGÃO (1915 ATÉ OS DIAS ATUAIS)

As memórias transmitidas através das gerações no município de Mazagão remontam aos tempos de Marrocos e são revividas pela Festa de São Tiago realizada de 16 a 27 de julho, procura reproduzir a luta entre mouros e cristãos na África. Segundo a lenda, o próprio São Tiago teria aparecido na forma de um soldado anônimo, participando da batalha. A guerra religiosa se prolongou por dias, com grande vantagem para os portugueses. Os mulçumanos, liderados pelo rei Caldeira, imaginaram então um stratagema: pedir o fim da guerra e entregar aos chefes cristãos, como presente, comidas envenenadas. Os lusitanos, entretanto, perceberam a cilada e jogaram parte da comida na granja onde ficavam os animais dos mouros.

À noite, os mouros deram um baile de máscaras para que os cristãos que quisessem mudar de lado o fizessem sem ser reconhecidos pelos seus superiores. Os cristãos compareceram à festa mascarados e distribuíram a comida envenenada para os mouros. Como resultado, até o rei Caldeira acabou morto. Esse e outros episódios da guerra entre cristãos e muçulmanos são lembrados todo ano na festa de São Tiago através de representações²².

²¹ AHU_ACL_CU_013, Cx. 81, D. 6671.

²² Disponível em www.amapa.net/informacoes/mn_mazagao_index.php;

6. A CONTRIBUIÇÃO DA ARQUEOLOGIA

Parte da história de Mazagão era conhecida, mas os vestígios da ocupação não haviam sido encontrados até a realização de uma prospecção realizada pela equipe do Laboratório de Arqueologia da UFPE com o apoio do Governo do Estado do Amapá. A pesquisa inicial obteve êxito: foram localizados os restos da primitiva igreja (Figuras 03) e identificados vestígios de outras unidades funcionais. Atualmente, estão sendo reiniciadas as intervenções no local, que poderão responder questionamentos como o traçado original e suas possíveis alterações e como foram feitas as casas e obras públicas. Enfim, espera-se respostas que tornem mais elucidativa a visão do seriam as vilas planejadas para o Brasil.

Figura 03: Panorâmica dos alicerces da igreja após esta etapa das escavações. Observa-se que os dos restos de parede agora fazem sentido, complementando a área do altar mor²³

7. CONCLUSÃO

O que sabemos a respeito de Mazagão Velho constitui apenas alguns traços do que foi a vida cotidiana e a luta da população marroquina para adaptar-se a uma realidade tão diversa. Temos apenas linhas gerais dessa saga. Daí a necessidade de buscar em todas as fontes possíveis informações que permitam uma melhor compreensão de como foi a vida naquele povoado. Espera-se, portanto, que o cruzamento de informações históricas e arqueológicas venha contribuir para resgatar esse passado.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HOLANDA, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo I – A época colonial. Vol.1 – Do descobrimento à expansão territorial. 7ª ed. São Paulo: ed. Difel,1985.

NIANE, D. T. (coord.). *História Geral da África*. Vol. IV: A África do século XII ao século XVI. São Paulo: Ática/Unesco, 1985.

²³ *Arqueologia de Mazagão Velho*, p. 2. Artigo disponível em www.magmarqueologia.pro.br.

REIS, Arthur César Ferreira. *Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia*. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal (1750-1807)*, Vol VI, 5ª ed, Lisboa: Ed. Verbo, 1996.

SITES:

Arqueologia de Mazagão Velho. Artigo disponível em www.magmarqueologia.pro.br;

MATOS, J. Semedo de. *Cidade Portuguesa de Mazagão – Patrimônio Mundial em 2004*. Artigo disponível em http://www.marinha.pt/extra/revista/ra_dez2004/pag_17.html

SILVA, José Manuel Azevedo e. *Mazagão. De Marrocos para a Amazônia*. Artigo disponível no site <http://www.chsc.uc.pt/biblioteca/digital/007.htm>

Artigo sobre a Festa de São Tiago:
www.amapa.net/informacoes/mn_mazagao_index.php.